

Espaço, Subjetividade e Estado*

Lindomar Teixeira Luiz**

O espaço da cidade de Presidente Prudente - assim como vários - vem se (re)estruturando pelas determinações inerentes ao sistema capitalista de produção. Isso ocorre por múltiplos fatores, que podem ser melhor explicados se fizermos uma análise histórica desse espaço urbano. Mais especificamente referindo nos ao nosso objeto de estudo, que é uma porção da cidade onde estão localizados os bairros: Jardim Bongiovani, Vila Formosa e Vila Nova Prudente, notamos que é evidente que a (re) estruturação desses bairros está vinculada ao modo de produção. Diferentes classes sociais ocupam esses bairros. No J. Bongiovani a população é mais abastada, nota-se assim que é um bairro de alto padrão; a V. Formosa é ocupada por uma classe média e por fim a V.N. Prudente é ocupada por uma população mais pobre.

Mesmo sabendo que há fortes determinações do capitalismo na produção do espaço, através de múltiplos fatores, dentre eles as profundas disparidades sócio-econômicas, há também condicionantes de ordem subjetiva que tendem a contribuir (ou às vezes não) para tal (re)estruturação.

Podemos encontrar estes condicionantes na esfera ideológica. O Estado, através de sua ideologia unificadora, tende a contribuir para que haja uma internalização dos valores da classe dominante. Nessa linha de raciocínio, em um de seus trabalhos, Rouanet cita Gramsci, que subdivide o Estado em instância política e civil. "O Estado é agora subdividido em duas esferas: a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, polícia) e a sociedade civil, constituída pelas associações ditas privadas (igrejas, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa) na qual essa classe busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como cimento de uma formação social" (p. 107). Segundo Rouanet tal teoria foi reforçada por Althusser através dos Aparelhos Ideológicos do Estado: "Os Aparelhos Ideológicos do Estado são instituições

* "Paper" apresentado para debate na disciplina "História, Estado e Sociedade no Brasil", ministrada pelo prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo, no segundo semestre de 1992.

** Aluno do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, desde março de 1991.

especializadas, destinadas a inculcar valores da classe dirigente, com o objetivo de assegurar a reprodução das relações de produção."

Entendemos, portanto, que o Estado contribui para que a ideologia da classe dominante impere e, por outro lado, esse mesmo Estado (na esfera política) age diretamente na produção do espaço, através da execução de obras que majoritariamente viabiliza ganhos de uma minoria. Além disso, o Estado legitima a produção do espaço pelo capital privado, através do aparato jurídico e político.

Retornando à nossa questão central, que é concernente à subjetividade, percebe-se que a instância ideológica por parte do Estado tende a "cativar" subjetivamente a população, e com isso materializam-se os interesses da classe dominante.

Ocorre porém, que o nosso modo de entender a questão da subjetividade transcende a representação de valores, idéias etc. de uma classe social. O que acontece é uma "modelização" dos valores, das idéias, etc., que não necessariamente se reduzem à representação de uma classe social. Essa diferença é baseada em estudos de F. Guattari, para quem a noção de ideologia não permite compreender essa função literalmente produtiva na subjetividade. A ideologia permanece na esfera da representação, quando a produção essencial do Capitalismo Monopolista Industrial não é apenas a da representação, mas a de uma modelização que diz respeito, aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais... (p. 18).

Nesse sentido, a esfera do Estado à qual fazemos menção, a da sociedade civil, sem dúvida contribui para que haja a referida "modelização". Entretanto se só nos ativermos à ideologia, essa dimensão subjetiva mais ampla ficará deficitária. Isso acontecendo, perder-se-á de vista a hegemonia do Estado nas instâncias da igreja, da escola, etc.

Portanto, o Estado não somente contribui para a (re)estruturação apenas nos aspectos objetivos, ele possui mecanismos que tendem a influenciar expressivamente a dimensão subjetiva. Esses mecanismos se encontram na igreja, na comunicação de massas, nas escolas, no lar etc., pois são nessas instâncias que se efetivam as experiências de vida das pessoas. Isso significa dizer que, nessas instâncias, há a presença da dimensão subjetiva: crenças, desejos, frustrações, etc.

Com isso, a população influenciada ou "modelizada" legitima a (re)estruturação produzida pelo capital ou pelo próprio Estado e, conseqüentemente teremos uma disparidade sócio-espacial, pois a (re)estruturação predominante (a do capital e do Estado) tende a produzir espaços diferenciados.

Por outro lado, essas instâncias nem sempre são A.I.E., elas podem desenvolver sistemas de referências que não representam o Estado dominante. Neste caso, quando não há representação do Estado, tem-se um processo de subjetividade diferente, o qual Guattari chamou de "singularização", ao contrário daqueles que tendem a seguir os

modelos que são processos de "indivíduoação". Nas palavras de Guattari: "O que vai caracterizar um processo de singularização, é que ele seja automodelador. Isto é, que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos e referências práticas e teóricas, sem ficar a posição constante de dependência em relação ao poder global" (p. 46).

Bibliografia

01. ROUANET, Sergio Paulo. **A razão cativa**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
02. GUATTARI, Feliz. **Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.